

# Ética e sociedade capitalista: (im)possibilidades<sup>1</sup>

Duarte Guimarães<sup>2</sup>

## Resumo

O objetivo deste artigo é discutir, a partir do entendimento clássico do que vem a ser Ética (ethos), se é possível a sua existência e aplicabilidade plena (universal), conforme originalmente se propõe, na sociedade capitalista contemporânea. Para tanto, parte de questões conceituais marxistas, acerca do funcionamento e dinâmica de tal sociedade, e se fundamenta no quadro traçado, em sua acepção material mais recente, a saber, a da existência de um Império (global), pelos cientistas sociais e filósofos italiano Antonio Negri e americano Michael Hardt. É nossa intenção, assim, não dissociar o real do objetivado, bem como contribuir para um debate que se apresenta extremamente profícuo e pertinente.

## Palavras-Chaves

Ética, Sociedade Capitalista, Marxismo, Globalização

---

<sup>1</sup> Trabalho final realizado pelo aluno Francisco de Assis Duarte Guimarães, do II Curso de Especialização em Ética, do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PPGFil) do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em junho de 2006, sob a orientação do Prof. Dr. Ruben G. Nunes. Também foi apresentado durante o IV Encontro Interinstitucional de Filosofia (UFPE-UFPB-UFRN) e XVI Semana de Filosofia da UFRN, em 2006.

<sup>2</sup> Bacharel em Comunicação Social. Mestre e doutorando em Ciências Sociais. Professor de Jornalismo do Departamento de Comunicação Social da UFRN. Jornalista. E-mail e telefone: [fguimaraes@ufrnet.br](mailto:fguimaraes@ufrnet.br) - 084 3653-5681.

## **Introdução**

O presente trabalho tenta responder às questões *É possível uma Ética na sociedade capitalista contemporânea?* e *Ou é a Ética uma utopia inalcançável na sociedade atual?* com base nos textos “Ideologia Alemã”, de Karl Marx e Friedrich Engels (1987), principalmente, e “Império”, de Michael Hardt e Antonio Negri (2001), este subsidiário àquele, afora outros complementares.

Consideramos aqui as duas questões intercambiáveis, e não problemáticas díspares, estanques, que poderiam anular-se uma à outra. Isso porque compreendemos que tanto a ética como a realidade, a despeito de poderem se situar em instâncias ora abstracionistas (objetificação) ora material (ontológico-real), fazem parte da realidade objetiva, se entrelaçam nela e assim compõem uma materialidade dialética e prática.

Não obstante, o presente texto tem apenas um caráter introdutório e deriva, além das leituras reflexivas dos textos teóricos acima descritos, de outros textos marxianos, das discussões travadas em sala de aula bem como de nossa experiência empírica – e consideramos que não poderia ser de outra forma.

Gostaríamos de agradecer ao Prof. Dr. Ruben G. Nunes pelos valiosos ensinamentos em sala de aula e pela forma democrática como conduziu a disciplina, além das pertinentes e decisivas orientações acerca de conceitos aqui discutidos.

### **Da impossibilidade da Ética**

A Ética, em seu sentido clássico (princípios e virtudes que se dirigem para o Bem e para a Felicidade individual e coletiva de maneira plena e última), é algo impossível de ocorrer na sociedade capitalista contemporânea, conforme pode se depreender da teoria marxista (MARX; ENGELS, 1987).

Entenda-se.

No sentido clássico, a formulação Ética é dada por uma concepção racional *a priori*, *aistórica* e *imutável* da *natureza humana*. Esta tende ao Bem-Felicidade. A partir desta interpretação fundamental, instituem-se códigos morais reguladores do agir, visando tal Bem-Felicidade – seja através das *virtudes éticas* (Platão, Aristóteles), de *mandamentos divinos* (Bíblia, Cristianismo) ou de *imperativos morais* (Kant).

Para Marx, o Homem como ser genérico, que faz da Natureza a extensão de seu *corpo* e de seu *trabalho*, só se desenvolve no processo histórico de sua produção de vida. Nesse processo, ele entra em relação social, superando as contradições, e adquirindo, passo a passo, *consciência de si* e dos *outros*, no próprio processo. É a *práxis*. Daí que a consciência para Marx “é desde o início um produto social, e continuará sendo enquanto existirem homens” (MARX; ENGELS, 1987, p. 43). E acrescenta: “é claro que a verdadeira riqueza espiritual do indivíduo depende da riqueza de suas relações reais” (MARX; ENGELS, 1987, p. 54). Assim é que nada é dado *a priori* ou fora do processo histórico do trabalho social. É no embate societário produzido pelo próprio Homem que ele se faz, inclusive em sua vida ética: “as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias” (MARX; ENGELS, 1987, p. 56).

Sucedem que a produção de vida burguesa, o capitalismo, institui-se e se processa através de elementos fundamentais e reais de sua própria natureza produtiva, postos como *a priori*, *aistóricos* e *imutáveis*: o capital como propriedade privada sempre em concentração (capitalista), o capital como mercado sempre em expansão (mercado) e o capital como força de trabalho assalariada (operário). Origina-se dessas relações sociais assimétricas não só a contradição social de classes, mas também a dominação de uma classe sobre a outra, tanto espiritualmente como também politicamente e eticamente. Daí, e por isso mesmo, toda a impossibilidade de uma ética universalista clássica do Bem.

Tal situação de dominação-alienação é bem descrita por Marx e Engels, quando, dentre outras concepções e assertivas, afirmam conceitualmente que:

“As idéias (*Gedanken*) da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante. A classe que tem à sua disposição os meios de produção material dispõe, ao mesmo tempo, dos meios de produção espiritual, o que faz com que a ela sejam submetidas, ao mesmo tempo e em média, as idéias daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais concebidas como idéias; portanto, a expressão das relações que tornam uma classe a classe dominante; portanto, as idéias de sua dominação” (MARX; ENGELS, 1987, p. 72).

Assim, as Forças Produtivas e as Relações de Produção, elementos característicos do Modo de Produção dessa sociedade capitalista, não permitem – por sua própria natureza contraditória que tem por objetivo final maior acúmulo de riqueza de forma cada vez mais concentrada e dominante –, que a finalidade última e ideal da Ética clássica seja alcançada.

O ideal clássico, desta forma, torna-se algo que a sociedade capitalista oferece, através da promessa de liberdade, das possibilidades de inserção no mundo do consumo e das mercadorias, do usufruto comum dos avanços tecnológicos e do desenvolvimento científico, mas que ela mesma não permite realizar, negando-o de maneira dissimulada, posto ser essa dissimulação, ideologicamente, o viés fundamental de sua própria sobrevivência.

O ilusório, o aparente, assim, adquire um *status* de possibilidade real e permanente de realização. Os indivíduos, com efeito, acreditam, alienados de si, do trabalho e do próprio produto do trabalho (relação com a Natureza e com os outros homens), que podem ser total e finalmente felizes, plenamente realizados,

alcançando o Bem supremo e definitivo destinado à Humanidade neste ou ainda com mais certeza no outro mundo.

Muitos dos teóricos e pensadores burgueses (economistas, filósofos, metafísicos, teólogos, intelectuais enfim) viriam reforçar esse sentido histórico característico da sociedade capitalista, desde os seus primórdios (pré-capitalismo, capitalismo mercantil etc.), passando por sua forma mais conhecida (capitalismo industrial) até os dias atuais (capitalismo financeiro), ajudando assim a propagar de maneira mais refinada a ideologia das classes dominantes.

No texto analisado, Marx; Engels (1987, p. 57) chegam a afirmar:

Isto faz com que a história deva sempre ser escrita de acordo com um critério situado fora dela. A produção da vida real aparece como algo separado da vida comum, como algo extra e supraterrrestre. Com isto, a relação dos homens com a natureza é excluída da história, o que engendra a oposição entre natureza e história. Conseqüentemente, tal concepção apenas vê na história as ações políticas dos príncipes e do Estado, as lutas religiosas e as lutas teóricas em geral, e vê-se obrigada, especialmente, a *compartilhar*, em cada época histórica, a *ilusão dessa época* (grifos dos autores).

Tal realidade, no entanto, ainda tem um elemento condenável. O capitalismo, em qualquer de suas fases históricas, caracteriza-se pela exploração da massa de trabalhadores, que se concentram nas classes mais oprimidas e precárias da sociedade, formando levas de expropriados e excluídos. São empregados explorados; desempregados que vagueiam; pedintes que se amontoam nas ruas; crianças de morrem de fome; famílias que não têm onde morar nem acesso às condições mínimas de saúde e sobrevivência. Fatores que não raro, isolados ou em combinação, fazem gerar outros terríveis problemas sociais, como o analfabetismo, as violências pública e doméstica, os suicídios, os tráficos de armas e drogas, doenças.

Isso ocorre porque na relação dos homens entre si, aqueles que somam poucos, detentores dos poderes determinantes de toda ordem (político, econômico, religioso, tecnológico etc.), posto serem os possuidores do capital privado e dos meios de produção, levam sobre a maioria, a dos materialmente despossuídos, demasiada vantagem, e assim se sobrepõem sob o manto da existência de uma falsa justiça e igualdade sociais. Para aquela outra parcela, a maioria, somente resta, além da vida como substrato inevitável à subsistência, apenas algo que lhe impregna de algum valor comercializável no mundo das trocas: a sua força de trabalho. Quando vende essa força de trabalho, tornando-se desta forma um trabalhador empregado, tem dela extraído pelo capitalista seu excedente, a *mais-valia*, ou seja, a diferença entre o que o empregador-capitalista paga pelo valor total de seu empreendimento integral (mão-de-obra, insumos, máquinas, ferramentas, manutenção e lucro) e o valor total que ele recebe a mais pela mercadoria produzida pela força de trabalho quando essa mercadoria é vendida no chamado reino das mercadorias. Em sua mais importante obra, Marx (1983, p. 128) sintetizou isso na seguinte fórmula: D – M – D', que quer dizer Dinheiro, Mercadoria, Dinheiro, este agora com um incremento, a *mais-valia* (*surplus value*), valor em cujo movimento foi transformado em capital; ou seja, teve sua grandeza alterada.

Em suma: um valor a mais, *mais-valia*, além de todas as despesas e lucros; valor que é extraído da mão-de-obra sem remunerá-la além do salário mínimo contratado. Portanto, um ganho, ou *ganância*, que caracteriza uma *exploração* – mas que na sociedade capitalista é considerada como uma atividade aceita e juridicamente legalizada, sendo também e até mesmo amparada e incentivada por religiões extrema e mundialmente fortes, como a judaico-cristã, apontando para sua própria ética, aquela imbricada com esse espírito capitalista avassalador, conforme tão bem já nos mostrou Weber (1967).

Desta forma, como identificar preceitos éticos, no sentido clássico, num mundo marcado tacitamente por tal desumanidade de ganância expansiva? Como enxergar ética em seu sentido mais puro e reto se todos os caminhos estruturais seguem para a finalidade da classe exploradora? Como finalmente ver ética na política se esta instância está impregnada e completamente comprometida com os interesses dos capitalistas e da classe dominante?

A globalização de nosso tempo, com seu rastro financeiro aparentemente incerto de capitais voláteis, de inclusão e exclusão de países, conhecimentos, indústrias e pessoas, mostra em seu nível macroeconômico essa natureza expansivista do mercado e concentradora de renda. Natureza que caracteriza a lógica contraditória e antiética do modo de produção capitalista.

Senão vejamos.

Michel Hardt e Antônio Negri (2001) demonstram que a forma imperial do capitalismo é a substância da globalização. Bem dito: a substância política que regula as “permutas globais, o poder supremo que governa o mundo” (p. 11).

Essa forma de soberania, segundo os autores, toma forma através de organismos nacionais e supranacionais (sistemas jurídicos internos, Estados, ONU etc.). Todos se unem e regem-se por uma única lógica: a da nova ordem. Trata-se de um modelo de Império que se difere do modelo anterior (Imperialismo) por não possuir, como pode-se pensar, um centro, que estaria nos EUA, mas por ser *descentralizado* e *desterritorializado*, em face de um novo modo de produção – o do capitalismo global.

Tal modo de produção, Hardt e Negri chamam de “biopolítica”. Caracteriza-se não somente pelo acúmulo de riqueza em um mercado global a se mover no sentido de um maior controle social sobre as pessoas em toda parte, mas também por

fazer sobrepor uma à outra as camadas do político, do econômico e do cultural, que também se complementam entre si.

Para eles, diferentemente do Imperialismo, em que o Estado-nação foi necessário, já que de certa forma punha limites geográficos e políticos ao desenvolvimento do modo de produção capitalista anterior a partir da Europa, hoje, o que ambos chamam de Império, tipifica-se pela ausência total e ilimitada de fronteiras, ou seja, não existem mais apenas as fronteiras político-territoriais, mas também qualquer outra, já que “o poder exercido pelo Império não tem limites” (HARDT; NEGRI, 2000, p. 14).

Assim, pode-se inferir que as barreiras éticas e morais também não existem para imposição dos interesses do Império – que, como dito, não se concentra em nenhum lugar específico posto já estar em toda parte. A rede é o comando e, nesta nova ordem, valores, princípios e práticas da boa-fé e da boa-ação (*virtus*) rumo a um Bem divino, angelical e puro parece já terem sido diluídos, senão, completamente dizimados.

## **Conclusão**

Não há como falar em ética hoje sem remeter-se à concepção clássica, à Ética.

Um mundo conturbado de toda ordem reclama muitas vezes de se abeberar nos primórdios deste pensamento para um reorientar-se, especialmente quando a concepção contemporânea abre espaço para que possa existir uma ética exatamente em seu contrário genético e original, ou seja, o comportamento, a prática e princípios que conduzem para o mal e a infelicidade. Teria, por exemplo, hoje, uma certa ética o narcotraficante que dita códigos de conduta, impõe normas de convivência e passa a ser a lei em sua comunidade.

As inversões, como essa, no entanto, não se dão por acaso: fazem parte de um contexto maior da sociedade capitalista em que exatamente a contradição – assim como os conflitos daí

decorrentes – são um dos elementos característicos mais presentes e que permanentemente se retro-alimenta.

Com efeito, vítima de sua própria condição histórica em tal sociedade, a Ética torna-se, em seu sentido original, ou a partir dele, completamente impraticável como instância universal.

Isso porque essa mesma sociedade se por um lado exclui de forma brutal uma maioria, exatamente a que produz, inclui às benesses uma minoria, contraditoriamente aquela que, em função de seu predomínio e retenções da propriedade, vive dos rendimentos e dos lucros decorrentes do trabalho daquela, refletindo-se esse fato em todas instâncias, escalas e recônditos do tempo e do espaço societários.

Acreditamos, portanto, que somente uma sociedade que venha humanamente superar esse antagonismo histórico, em todos os níveis e amplidões, poderá superar a si própria, com a instauração de uma nova e mais perfeita ética – aquela que nos remeta aos seus primórdios e sentidos clássicos.

## **Bibliografia**

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1987.

\_\_\_\_\_. **O Capital**: crítica da economia política, v. 1, livro 1º: o processo de produção do capital, t. 1. São Paulo: Abril, 1983. (Coleção Os Economistas).

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. (Texto integral). São Paulo: Martin Claret, 2002.

\_\_\_\_\_. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

HARDT Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 7ª ed. Tradução de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo: Pioneira, 1967.